



Sylvia Leser de Mello e a Psicologia Social: estudos de socialização, trabalho e vida familiar

**Sylvia Leser de Mello and the Social Psychology:
studies on socialization, work, and family life**

Belinda Mandelbaum

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Brasil

No primeiro domingo do ano, dia 03 de janeiro de 2021, perdemos a querida Sylvia Leser de Mello, professora emérita de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo que, aos 85 anos, não resistiu a complicações decorrentes de uma conjugação de problemas de saúde e veio a falecer, numa parada cardiorrespiratória.

Sylvia graduou-se em Filosofia (1961) na Universidade de São Paulo, especializou-se na École des Hautes Études en Sciences Sociales, França (1963-1964) e doutorou-se em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (1972) na USP, sob a orientação de Carolina Martuscelli Bori.

No fim dos anos 1970, quando o Brasil iniciava o processo de abertura após o período mais sombrio do regime ditatorial civil-militar que governou o país de 1964 a 1985, a professora Sylvia Leser lia em sala de aula, com seus alunos do segundo ano da graduação do curso de Psicologia, o livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, de Erving Goffman (1974). O livro de Goffman é um estudo sociológico sobre o que acontece aos seres humanos e às interações entre eles quando confinados ao que ele chama de instituições totais – tais como manicômios, asilos, prisões e claustros religiosos –, que regulam a totalidade da vida dos que delas fazem parte, excluindo-os da possibilidade de convívio em outras instituições ou com pessoas fora delas. Todos os que fazem parte da instituição devem se despojar de sua história anterior para entregar-se a um processo novo de formação da identidade, agora forjada pela própria instituição. Por meio da análise da vida vivida em instituições totais, Goffman permitia-nos falar em sala de aula, de modo mais amplo, sobre a formação da identidade e os processos de socialização próprios daquele momento histórico em que vivíamos, numa sociedade profundamente dividida e hierarquizada, tendo como sombra de nossas reflexões os acontecimentos que se sucediam no país sob a tutela do regime civil-



militar, que aniquilou vidas e pensamentos discordantes de uma ideologia dominante que buscava forjar para os brasileiros uma identidade de cunho nacionalista, patriótica, acomodada às injustiças sociais e acrítica.

Em sala de aula, no entanto, e em consonância com a postura crítica que o texto de Goffman permitia-nos elaborar em relação a toda instituição que busca o controle dos indivíduos nas múltiplas facetas de suas vidas, a professora Sylvia Leser exercia uma pedagogia singular. Sua opção não era pelas aulas expositivas, nas quais passasse aos alunos praticamente recém-chegados à universidade sua visão do autor e das questões por ele trabalhadas. Sylvia demandava a leitura singular de cada aluno, sua reflexão pessoal trabalhada através da escrita. O fundamental não era o que ela tinha a dizer sobre o texto de Goffman, mas o que este texto suscitava em nós, seus alunos e alunas, obrigando-nos a pôr em palavras o que experimentávamos na leitura.

Muitos anos depois, em 2006, Sylvia deu-me para ler um manuscrito seu sobre o Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da universidade, e que não sei se veio a publicar (eu mesma não encontrei a publicação). Agora, o contexto social e político era outro, e Sylvia coordenava este programa de extensão universitária do qual participam professores e alunos da USP, com o objetivo de incrementar propostas de trabalho auto gestor e de geração de renda com uma população marginalizada em relação às esferas do trabalho e do capital. O programa de incubação de cooperativas populares teve início na USP em 1998 e Sylvia participou de sua coordenação desde o início. No cerne da relação que professores e alunos que fazem parte da Incubadora estabelecem com a população, ela propunha que estivesse a cooperação. Não se tratava, portanto, de uma relação hierarquizada, de cunho assistencialista ou iluminista, em que membros da universidade, que deteriam um suposto saber, o oferecessem à população, que “não sabe”. No manuscrito, Sylvia dizia:

Também não tínhamos as respostas para os problemas que colocavam, problemas urgentes que transcendiam muito a nossa limitada e teórica formação acadêmica. Além disso, ficava muito nítido o processo de aprendizagem pelo qual passávamos mutuamente, os grupos populares e os membros da ITCP... O esforço da ITCP para fundamentar uma prática emancipatória parte da ideia de que todo processo educativo precisa estar assentado no conhecimento dos educandos, da realidade em que vivem e como a vivem. A construção desse conhecimento possui sentido duplo: conhecer os sujeitos com os quais trabalhamos e reconhecer que os sujeitos são portadores de conhecimentos que nós não possuímos. Assim, é possível estabelecer o princípio da pedagogia dialógica, ou seja, aquela que coloca o diálogo (a troca) como o centro do



processo educativo, marcando as relações entre educador e educandos (Mello, 2006, s/p).

O modo de Sylvia ser professora, sua compreensão da pedagogia a ser realizada nas salas de aula da universidade, ela transportou para o trabalho de incubação das cooperativas populares. Sua inspiração, explicitamente enunciada no texto, estava nas ideias do educador Paulo Freire, tendo como motivo inicial da pedagogia do autor “o compromisso com os oprimidos, ausente nas pedagogias tradicionais, criadas e praticadas pelos opressores. Pedagogias, portanto, da dominação e da reafirmação da dominação, estabelecendo muito claramente quem sabe e quem não sabe” (Mello, 2006, s/p).

O exame crítico das condições psicológicas dos homens em situação de dominação foi um fio condutor das investigações e reflexões de Sylvia. Durante muitos anos, em sua disciplina de pós-graduação *Problemas Humanos no Trabalho*, ela leu com os alunos autores que denunciaram a opressão e a degradação dos homens pelo trabalho, a reificação e a alienação, a privação da liberdade, a ameaça de extermínio do pensamento e da ação criadora na sociedade laboral contemporânea – ou seja, em todas as situações em que os processos sociais apresentam uma dinâmica de violência, ao reduzir homens e mulheres a meros instrumentos, retirando deles sua condição de liberdade e a dignidade essenciais à manifestação da vida. Sylvia lia Marcuse, cujas análises constituem uma denúncia radical do quanto os seres humanos podem ser atravessados por processos violentos de socialização. Para esse autor (1979), na sociedade capitalista toda subjetividade é atravessada pela ideologia dominante, e aquilo que consideramos como nossas necessidades mais pessoais, nossos desejos mais íntimos, são na verdade impostos a nós a partir de fora – dito de forma genérica, pelos interesses do capital. Mundo interno e mundo externo nessas condições se equiparam, não há mais aquilo que poderíamos chamar de uma vida interior com liberdade para uma existência independente do mundo social administrado. Sylvia, no entanto, prezava, no aprofundamento do estudo desse e de outros autores que selecionava, a liberdade para dialogar com eles, junto aos seus alunos e orientandos. Sua questão – uma questão central para a Psicologia Social, com a qual ela trabalhava persistentemente – era a da busca e fortalecimento do território pessoal de cada homem e mulher, no qual o melhor de cada um e uma pudesse se desdobrar, numa dialética que inclui resistência diante dos processos sociais mais violentos de alienação e desenvolvimento pessoal, com abertura para o social. Em sua pesquisa de livre docência, *Trabalho e Sobrevivência: Mulheres do Campo e da Periferia de São Paulo* (1988), em que se debruçou de forma sensível sobre longos depoimentos de mulheres pobres, empregadas domésticas,



a respeito do trabalho delas e de suas condições de vida, ela conclui, ao final: “A submissão é a herança incontestável das narradoras”. Mas, também se pergunta: “É possível opor uma dúvida ao caráter absoluto da submissão? A fome, o trabalho, as ordens, as punições, o medo, a sujeição serão os únicos conteúdos das narrativas? Não há um vislumbre da individualidade das narradoras que se intromete, tímido, arranhando a superfície opaca de um destino coletivo de rebanho dócil? “. E é a própria Sylvia quem responde, a partir do que recolheu nos depoimentos das mulheres:

Acredito que sim, e que é preciso pesar bem pesado o valor de uma explicação que reduz a subjetividade ao domínio da ideologia, que aí estaria livre para compor como quisesse os corpos dóceis e a homogeneidade do comportamento. Porque nenhuma das mulheres, que me ajudaram a alinhar esta narrativa das suas narrativas, permitir-me-ia supor que elas são cegas ou surdas aos conflitos que dilaceram suas vidas, nem mesmo supor que apenas vivam os conflitos e não refletem sobre eles, que não saibam onde localizá-los ” (Mello, 1988, p. 186).

A busca da expressão individual, do saber de cada um, como um fio condutor: em sala de aula, na formação de cooperativas, na escuta das narrativas das mulheres pobres da Vila Helena, trabalhando sempre na tensão da consciência da opressão com a esperança de encontrar a liberdade.

Para aprofundar o exame dessa tensão, Sylvia também recorreu à literatura, propondo-a como instrumento privilegiado de auxílio à Psicologia Social. A literatura era trabalhada por ela com o objetivo de que emergissem elementos para a interpretação dos fenômenos que presidem a formação da subjetividade. Em outro de seus cursos na pós-graduação, Sylvia elegeu um autor, Kafka, que expressou em letra o espírito da vida na sociedade administrada de nossos tempos. Por meio da obra desse escritor, Sylvia punha seus alunos e alunas em contato com os conflitos dos seres humanos no século XX, dentro da família, do mundo do trabalho, da vida na sociedade burguesa. Sua disciplina tinha o sugestivo nome de *Ação e submissão: a ambiguidade na experiência de Franz Kafka*, o que permitia pensar a própria escritura como ação – termo que Sylvia emprestou de Hannah Arendt – em seu sentido político, o da “ação individual, cheia de sentido e de conhecimento, voltada para o mundo comum, criado e mantido conscientemente pelos homens” (Mello, 1988, p. 19). A literatura era tratada como espaço de ação individual, de expressão da subjetividade singular, ao mesmo tempo em que expõe as condições de submissão que tanto impelem como impossibilitam esta expressão.

A opção por Kafka no campo literário ilustra a particular compreensão que Sylvia tinha dos processos de socialização inerentes à realização de homens e mulheres. Sob o conceito de socialização englobam-se os múltiplos modos de



compreender esse incrível fenômeno pelo qual crianças, homens e mulheres formam para si com os outros um tecido de comportamentos, atitudes e visões de mundo que os inserem no interior da vida em sociedade, ao mesmo tempo que permite a cada uma das crianças, homens e mulheres se constituírem em território singulares nos quais a vida social se realiza. Como moeda de dupla face, o tecido coletivo ganha expressão na tessitura singular de cada pessoa que, por sua vez, se torna território expressivo e atuante do grupo social mais amplo. Kafka, à sua maneira, como Goffman, põe de manifesto a violência que está implicada na forma singular que se manifesta neste urdir de entrelaçamentos dos quais resulta o que somos. Uma violência que ecoava para Sylvia em diversos níveis ou substratos de uma topografia que vincula a cena social manifesta, a vida familiar e a subjetividade de cada um. Violência que pode ser reconhecida na alienação e estranhamento de cada um consigo próprio e do social com os grupos humanos que o constituem. As questões que Sylvia privilegiava em sala de aula exibiam, antes de tudo, o seu esforço por privilegiar uma leitura crítica de todo este estranho e gigantesco campo de estudos da socialização. Não se tratava tanto de criticar uma ou outra visão, mas de despertar, diríamos com urgência, um espírito crítico fundante diante dos processos de vir a ser de cada um. Podemos dizer que sua ação como professora, mais do que pôr novos conhecimentos ao alcance de alunos na sala de aula ou de trabalhadores nas cooperativas, ia no sentido de suscitar um desdobrar de cada um, mobilizando todo o processo identitário dos implicados no sentido de virem a assumir uma nova configuração – os alunos e alunas como psicólogos e psicólogas e os trabalhadores e trabalhadoras a partir de novos modos de conceberem e realizarem o seu trabalho. E para essa ação ela convocava, sem privilégio exclusivo, tanto diferentes campos do saber – a Psicologia Social, a Psicanálise, a Educação, as Ciências Sociais, a Antropologia, a História, a Literatura –, quanto diversos procedimentos de pesquisa – a entrevista, a observação participante, o trabalho com grupos, o debate, a análise de discurso, a clínica social, entre outros –, com a finalidade de permitir a revelação das brechas por onde fosse possível superar os limites do tecido individual e social dos implicados. Para ela, a socialização era um processo contínuo, que se dá em todas as esferas da vida e, por isto, seu campo de estudos e de trabalho levou fortemente em consideração o campo da socialização de adultos. Talvez mais do que se perguntar sobre as origens do modo como chegamos a nos constituir – território privilegiado do campo de estudos da socialização, da educação e do desenvolvimento infantil –, Sylvia se lançava atrás da tentativa de superar os sólidos limites do que somos, das ideologias que nos constituem, do nosso modo de nos inserirmos no mundo do trabalho e de uma sociabilidade mais ampla. E é



neste sentido que seu trabalho se alocava num território utópico, ou melhor, ela transferia a atividade prática do ensino e do trabalho para esse território, porque o que era ela abordava de forma a vir a ser, num movimento de superação das forças de alienação que suportam e tencionam a trama que nos constitui. E mais do que à procura de formular uma técnica de socialização mais adequada, isto é, menos violenta na operação de integrar uma identidade profissional, seja dos alunos ou dos trabalhadores, Sylvia privilegiava uma reflexão cujo foco incidisse ao longo de toda essa ampla topografia que abarca a dinâmica social, os textos selecionados e a própria história pessoal de cada um. Daí Kafka, cuja leitura permite a simultaneidade da visão bifocal do coletivo e do singular, da estrutura social e da biografia pessoal, da objetividade e da subjetividade, do externo e do interno, do outro e do eu, do macro e do microsocial. Se Sylvia entrelaçava utopia com realidade, entrelaçava também, em sua atividade como professora, a formação de seus alunos com suas histórias pessoais e as realidades sociais mais amplas, deixando surgir assim um estudo da Psicologia que é, também, um refazer de cada um em torno da urgência de um refazer do tecido social que supere os violentos limites que dele fazem parte.

Com o mesmo olhar bifocal que leva em consideração simultaneamente as estruturas macrossociais e os seres humanos que as constituem – olhar voltado para o amplo espectro de instituições sociais nos quais se fazem os processos contínuos de socialização –, Sylvia debruçou-se, em seus trabalhos de ensino e pesquisa, sobre a família. Em seu artigo “Família, uma incógnita familiar” (Mello, 2002), ela demanda este olhar, se quisermos compreender algo das organizações familiares: “Retirar a família de seu isolamento, colocá-la na história, tratá-la como instituição cujas raízes sociais são inequívocas, compreendê-la aí dentro e, ao mesmo tempo, reconhecer o âmbito da intimidade e a formação da subjetividade é tarefa complexa” (p. 16). Sylvia enfrentou a tarefa com entusiasmo intelectual, recolhendo de suas leituras da História, da Sociologia, da Antropologia, da Psicanálise elementos para compreender essa complexa instituição. Ela assim justifica o empenho de entretecer estes saberes:

Ambas as modalidades de conhecimento são importantes. Sem a perspectiva macrossocial, seja histórica, antropológica ou sociológica, corremos sempre o risco de hipostasiar formas momentâneas, ou pelo menos não-eternas, de organização, quer do parentesco quer da sexualidade e do casamento. Desde Freud, a psicanálise se aproveita desses conhecimentos colocando-os em nova chave.... A psicanálise chega aos sujeitos, ou seja, dá o passo seguinte que é transformar os protagonistas culturais em sujeitos únicos, psicológicos, analisando seus conflitos com a cultura e os reflexos deles que se manifestam nas transformações das relações sociais (Mello, 2002, p. 16).



Com liberdade de ir e vir nos caminhos que vão do macro ao micro, da cultura ao sujeito, Sylvia refletiu sobre a família como agente socializador por excelência, núcleo humano em que nascemos e que nos introduz numa língua, numa cultura, numa dinâmica complexa de relações humanas. A família é a primeira intermediária de nossas relações com o mundo, mas também um obstáculo potente a essas relações. Os trabalhos de Sylvia com trabalhadores e trabalhadoras, seja em sua pesquisa com as mulheres da Vila Helena ou na incubadora de cooperativas populares, nos permitem testemunhar que os processos de socialização que se dão no interior da família nunca estão desvinculados do conjunto maior dos processos contínuos de socialização que se dão na vida social mais ampla, particularmente na esfera do trabalho. Para as mulheres da Vila Helena, empregadas domésticas oprimidas e exauridas por seu infundável cotidiano de labuta, o trabalho só tem sentido, segundo Sylvia, porque possibilita, por meio do parco salário, a sobrevivência delas e de suas famílias, de seus filhos e filhas. E é na família, na família de origem, que elas aprenderam a trabalhar. As mulheres da Vila Helena desde cedo foram para a roça ou trabalharam em casas de família, na dos outros ou na própria. É na família que aprenderam esse modo opressivo, extenuante, de viver, que se veem obrigadas a reproduzir na vida adulta. Adorno e Horkheimer (1973) mostraram como, na sociedade burguesa, a família serve à reprodução de seres humanos moldados para as relações de trabalho próprias do sistema de exploração capitalista. É a partir da submissão incontestável à autoridade no interior da família que os seres humanos aprenderiam a ser empregados submetidos docilmente aos seus patrões. Sylvia cita esses autores: "Só a família podia fazer surgir nos indivíduos a identificação com a autoridade, idealizada como ética do trabalho, que substituiu funcionalmente o poderio imediato sobre os servos da precedente época feudal" (Mello, 2002, p. 21). Adorno e Horkheimer integram a teoria marxista e a teoria psicanalítica para compreender o impacto, na vida psíquica, das formas de relação humana próprias da sociedade capitalista.

Sylvia entreteceu saberes e metodologias para compreender as transformações por que passam as famílias brasileiras. Diz ela: "Nesse processo comparativo e de cruzamento de referências, presta-se às mais sérias discussões o modelo da família burguesa em comparação aos modos como ela pôde se organizar no Brasil, seja no passado, seja no agora" (Mello, 2002, p. 23). Pensar a família, as relações de gênero e a sexualidade no Brasil de hoje, e o impacto de suas transformações, tornou-se para Sylvia um programa de ação que ganhou corpo e espaço quando, em 1993, ela criou, dentro do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o



Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade (LEFAM). Seu objetivo ali foi desenvolver estudos e pesquisas que propiciassem aos alunos de graduação e pós-graduação oportunidades de trabalho junto a professores, psicólogos e outros profissionais que, numa perspectiva transdisciplinar, tratassem das problemáticas da família, do gênero e da sexualidade em seus contextos psicossociais. O Laboratório desde o início abrigou a formação do NEPAIDS, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Prevenção à AIDS, coordenado pela Professora Vera Paiva, que desenvolve pesquisa, formação e assistência voltadas para os temas da sexualidade, relações de gênero e AIDS numa perspectiva psicossocial. Desde a sua criação, o LEFAM vem sendo um polo de aglutinação de pesquisas que envolvem famílias em suas relações com o mundo do trabalho e com outras instituições sociais tais como a escola e o poder judiciário, pesquisas essas que se desdobram em dissertações de mestrado, teses de doutorado, simpósios e intercâmbios com outras instituições. Suas linhas de pesquisa abarcam formas de intervenção junto a famílias em contextos sociais diversificados, visando o atendimento psicossocial em situação de vulnerabilidade e sofrimento. Na formulação de seus objetivos, Sylvia pensou um laboratório de Psicologia Social que se constituísse como um amplo guarda-chuva para acolher diversas linhas de pesquisa e assistência, propiciando, ao mesmo tempo, o aprimoramento das formas de intervenção, a verificação de sua aplicabilidade e o cotejamento entre diferentes modos de abordar e intervir em contextos diversificados, buscando a eficácia dessas intervenções, além da emergência de situações de pesquisa teórica, de formação de alunos e de trabalhadores da área da saúde. Exemplos destes trabalhos: a pesquisa sobre o impacto do desemprego na dinâmica familiar, que envolveu o atendimento a famílias pobres, de trabalhadores desempregados, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Freguesia do Ó¹; um projeto de cultura e extensão da USP, através do qual alunos de graduação em Psicologia atenderam famílias cujos filhos vivem num abrigo da Prefeitura, no bairro do Butantã, com o objetivo do atendimento conjunto dos familiares e da criança abrigada, a fim de melhorar a qualidade dos vínculos entre eles e investigar junto às famílias suas possibilidades e limites para o retorno da criança à casa; em outro projeto de cultura e extensão, alunos de graduação trabalharam na Casa do Migrante, no centro da cidade de São Paulo, junto a famílias de imigrantes latino-americanos, com o objetivo de oferecer um espaço de acolhimento e escuta a

¹ A síntese dos achados desta pesquisa constitui a minha tese de doutorado, *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*, defendida em maio de 2004, sob a orientação de Sylvia Leser de Mello. Como fruto da pesquisa, publiquei em parceria com Marcelo Ribeiro o livro *Desemprego: uma abordagem psicossocial* (Blucher, 2017).



famílias num momento de difícil transição entre os seus países de origem e a nova realidade com que se defrontam, em São Paulo. O NEPAIDS tem, desde o início, atuado no campo da prevenção e do cuidado em relação a AIDS, buscando descrever a vida cotidiana e a experiência dos jovens com a sexualidade, a saúde sexual e reprodutiva, incluindo a gravidez não planejada e o uso de drogas. Atua em equipes multidisciplinares junto a serviços de saúde, em escolas públicas e universidades, na FEBEM e em comunidades pobres. Entre adultos, trabalhou com grupos de presos, motoristas de caminhão e com a comunidade LGBT. Abordou também as experiências e os desafios do cuidado às crianças portadoras de AIDS e o impacto sobre os órfãos de pais aidéticos.

Pode-se assim ter uma ideia de como o amplo plano de pesquisas inicialmente concebido tem se caracterizado por um desdobrar contínuo, a partir de um núcleo inicial que, aos poucos, foi absorvendo e sendo transformado por novas intervenções que no processo são estruturadas, com a intenção de constituir um conjunto de situações de atendimento psicossocial diversas o suficiente para oferecer um campo de debates crítico-comparativos ricos para a produção de reflexões teóricas que visem um melhor entendimento do trabalho com famílias e relações de gênero em diferentes situações e contextos institucionais. E, como parte deste processo contínuo de reflexão e desdobramento de novas possibilidades de intervenção, a Profa. Sylvia e eu oferecemos aos alunos de graduação, desde 2001, uma disciplina optativa intitulada *Família: abordagens psicossociais e psicanalíticas*, que tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de uma compreensão ampla da família que integre conhecimentos advindos das Ciências Sociais, da Demografia, da História, da Antropologia, da Economia, da Psicanálise e da Psicologia Social. Na parte prática, os alunos são envolvidos em estágios que incluem atendimentos a famílias e casais, bem como trabalhos institucionais em creches, escolas, varas de família, juizados especiais de família etc., tendo como foco de atenção e acompanhamento o trabalho realizado com famílias nessas instituições. Vale a pena salientar que, como resultado das atividades dessa disciplina, tem-se fortalecido uma demanda de intervenção em diferentes instituições, bem como de atendimento a famílias e casais, o que sugere fortemente que este trabalho tem um lugar legítimo no processo de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa do Instituto de Psicologia, isto é, encontra-se amparado pelo trabalho que o antecedeu e pelas expectativas de continuidade e aperfeiçoamento que estão colocadas. Vinculado a esta disciplina, criamos em 2006, no Instituto de Psicologia, um Serviço de Atendimento a Famílias e Casais, de maneira a abrir espaço para o trabalho de alunos e profissionais em especialização. Além disso, o Laboratório prestou



durante anos assessoria às equipes técnicas das creches do campus da USP, tendo como foco as relações das creches com as famílias atendidas.

Com a implantação de um projeto de pesquisas e estudos assim concebidos, o Laboratório buscou, desde a sua criação, contribuir de modo efetivo para o desdobramento da função tríplex da universidade: estender sua ação à comunidade, realizar pesquisas e formar alunos de graduação e pós-graduação. Na formação dos alunos, o Laboratório tem propiciado a ocasião para desenvolver uma escuta e uma compreensão dos limites e possibilidades de aplicação e/ou criação prática de diversas formas de intervenção psicossocial. Se a Psicologia Social deve ter como preocupação realizar as pontes entre as diversas teorias e a realidade humana, torna-se importante um espaço aberto, na formação de alunos e alunas, para um campo que integre teoria e prática, textos e vivências que se entrelacem na compreensão da realidade – campo por excelência da Psicologia Social.

Com tudo o que dissemos, fica claro que lidar com a socialização em seus diferentes processos, com seus diversos agentes e lugares institucionais é, ao mesmo tempo, estudo e prática, conhecimento da realidade e tentativa de transformá-la. Sylvia parecia não se satisfazer apenas com compreender como as coisas se dão no terreno da socialização, mas mantinha-se sempre alerta à imperativa demanda que o estado de coisas do país suscita, lançando-se na direção de construir territórios que contribuíssem para introduzir no campo da cidadania plena a gigantesca multidão de homens e mulheres que, como resultado do violento processo histórico-cultural de construção do modo de ser brasileiro, foram desapropriados das condições para participar com dignidade no interior de nosso tecido social. Que falta nos faz e fará Sylvia Leser de Mello!

Referências

- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1973). Família. Em T. Adorno & M. Horkheimer. *Temas básicos de Sociologia* (pp. 132-150). São Paulo: Cultrix.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Marcuse, H. (1979). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.



Mello, S. L. (2002). Família, uma incógnita familiar. Em M. L. Agostinho & T. M. Sanchez (Orgs). *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (pp. 15-25). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mello, S. L. (2006). Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo: história, reflexões e práticas. São Paulo: Manuscrito da autora.

Nota sobre a autora:

Belinda Mandelbaum é Professora Associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. E-mail: belmande@usp.br.

Data de submissão: 12.01.2021

Data de aceite: 18.01.2021